NOVA MUTUM - MT: UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL[1]

Swelington de Lima Fonseca
IGC - UFMG | swelingtonfonseca@gmail.com

Fábio Tozi
UFMG | fabio.tozi@gmail.com

Sessão Temática I: Produção do espaço urbano e regional

Resumo: Nas regiões de expansão da fronteira agrícola no norte mato-grossense têm se estabelecido um modelo de urbanização planejada para atender às demandas de grupos agroindustriais que se impõem territorialmente sobre estes espaços. É neste contexto que se insere o município de Nova Mutum (MT), localizado às margens da BR-163 a 250 Km da capital Cuiabá, pertencente à Mesorregião do Norte Mato-Grossense, fundada a partir de um projeto de colonização privada pela Agropecuária Mutum S.A. Em nossa pesquisa buscamos evidenciar a influência do agronegócio na produção de uma (re)estruturação espacial em função do consumo produtivo agroindustrial e a forma como a cidade é convertida em mercadoria de luxo para se tornar uma fonte alternativa de acumulação para as colonizadoras. O presente artigo é parte de uma pesquisa de dissertação realizada entre os anos de 2020 e 2022, que se desdobra em uma pesquisa de Doutorado em curso.

Palavras-chave: Nova Mutum - MT; Urbanização; Agronegócio. Redes sociotécnicas.

NOVA MUTUM - MT: AN ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF AGRIBUSINESS ON THE PRODUCTION OF URBAN AND REGIONAL SPACE

Abstract: *In the regions of expansion of the agricultural frontier in the north of Mato Grosso, a model of planned urbanization has been established to meet the demands of agro-industrial groups that impose themselves territorially on these spaces. It is in this context that the municipality of Nova Mutum – MT, located on the banks of BR-163, 250 km from the capital Cuiabá, belongs to the Mesoregion of Norte Mato-Grossense, founded from a private colonization project by Agropecuária Mutum S.A. In our research we seek to highlight the influence of agribusiness in the production of spatial (re)structuring as a function of agro-industrial productive consumption and the way in which the city is converted into a luxury commodity to become an alternative source of accumulation for the colonizers. This article is part of a dissertation research carried out between 2020 and 2022, which unfolds into ongoing PhD research .*

Keywords: *Nova Mutum - MT; Urbanization; Agribusiness; Sociotechnical networks*

NOVA MUTUM - MT: UN ANÁLISIS DE LA INFLUENCIA DEL AGRONEGOCIO EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO Y REGIONAL

Resumen: *En las regiones de expansión de la frontera agrícola en el norte de Mato Grosso, se ha establecido un modelo de urbanización planificada para atender las demandas de los grupos agroindustriales que se imponen territorialmente en estos espacios. Es en este contexto que el municipio de Nova Mutum – MT, ubicado a orillas de la BR-163, a 250 km de la capital Cuiabá, pertenece a la Mesorregión del Norte Mato-Grossense, fundada a partir de un proyecto de colonización privada de Agropecuária Mutum S.A. En nuestra investigación buscamos resaltar la influencia de los agronegocios en la producción de (re)estructuración espacial en función del consumo productivo agroindustrial y la forma en que la ciudad se convierte en un bien de lujo para convertirse en una fuente alternativa de acumulación para los colonizadores. Este artículo es parte de una investigación de tesis realizada entre 2020 y 2022, que se desarrolla en una investigación de doctorado en curso. .*

Palabras clave: *Nova Mutum-MT; Urbanización; Agronegocios; Redes sociotécnicas.*

INTRODUÇÃO

Nas regiões de expansão da fronteira agrícola no norte mato-grossense tem se estabelecido um modelo de urbanização planejada para atender aos interesses de grupos agroindustriais que se impõem territorialmente sobre estes espaços. É neste contexto que se insere o município de Nova Mutum – MT, localizado às margens da BR - 163 a 250 Km da capital Cuiabá, pertencente à Mesorregião do Norte Mato-Grossense, fundada a partir um projeto de colonização privada, executado por empresários da região Sudeste do Brasil e emancipada em 04/07/1988.

Com pouco mais de 30 anos de existência, o município de Nova Mutum vem apresentando arranjos territoriais típicos das cidades que Elias (2007, p.26) chama de "Cidades do Agronegócio". Estes arranjos reconfiguram a relação campo-cidade e produzem uma urbanização funcional às demandas de uma agricultura globalizada, rica em capital e tecnologia e voltada para a exportação. A presente pesquisa se mostra relevante devido a necessidade de compreender, por meio de um olhar geográfico, as novas dinâmicas que se impõem nas áreas de fronteira agrícola em decorrência da modernização do campo, da reestruturação urbana, dos novos de fluxos de capital e das disputas entre agentes que produzem o território. Em função disso, a pesquisa buscou analisar a influência do agronegócio na produção da rede urbana de Nova Mutum - MT, identificando as disputas territoriais que regem as decisões e ações que determinam os aspectos estruturais e sociais da cidade.

Tais relações e processos 'modernizantes' interferem na dinâmica socioespacial de pequenas cidades que passam a ser planejadas para atender às demandas do grande capital

monopolista; demandas que vão desde maquinários pesados, insumos e defensivos, até uma diversificada mão-de-obra, seja ela altamente técnica, especializada ou, simplesmente, manual. Na confluência dessas disputas pelo espaço, onde diferentes agentes buscam, cada qual, atuar conforme seus interesses, ocorre acentuada transformação do território, do Cerrado, moldando o campo e a cidade, influenciando agendas de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal. Sendo assim, buscamos analisar a atuação do agronegócio no município de Nova Mutum-MT e suas correlatas transformações socioespaciais, estas podem ser identificadas nas formas e funções das redes técnicas na cidade e no campo, na circulação de capital e pessoas bem como na divisão territorial do trabalho.

A pesquisa realizada de 2020 a 2022 se baseia em referencial bibliográfico referente à dinâmica da produção da rede urbana em cidades dinamizadas pelo agronegócio. Também foram coletadas informações do poder público e de agentes imobiliários mediante consulta em sites oficiais. A análise dos dados ocorreu segundo os pressupostos da Geografia Crítica, observando as relações dialéticas presente nos sistemas de objetos e nos sistemas de ações que compõem o espaço pesquisado. Atualmente, a pesquisa de Doutorado em estágio inicial visa compreender a forma como se estruturam as redes sociotécnicas e os usos corporativo do território a partir da influência dos agentes do agronegócio na zona de abrangência da Rodovia BR-163.

UMA URBANIZAÇÃO A SERVIÇO DO AGRONEGÓCIO

Nas últimas cinco décadas tem surgido novos núcleos urbanos na região Norte Mato-Grossense resultantes da consolidação da atual fronteira do capital nas áreas de cerrado e da incorporação destes espaços aos circuitos produtivos do mercado mundializado de commodities agrícolas. Frederico (2013, p. 52) aponta que nestas áreas onde se instala a fronteira agrícola moderna as especializações produtivas regionais decorrem da submissão de parcelas do território à lógica mundial das commodities, sendo essa condição manifestada graças à modernização técnica advinda do meio técnico-científico-informacional que viabilizou uma intensificação quantitativa e qualitativa dos fluxos entre campo e cidade e destes espaços com o mundo. Esta nova lógica se impõe de forma conflituosa com estruturas anteriores de produção e insere estes novos espaços nos tempos rápidos do capital global, se apropriando sistematicamente da natureza e dos homens, modernizando e remodelando as relações sociais e de produção. Para Frederico (2011, p.7) "essa remodelação é acompanhada de uma maior especialização dos núcleos urbanos, aprofundando a divisão territorial de trabalho e acarretando na necessidade da criação de mais fluxos."

A inserção do estado de Mato Grosso nos novos circuitos produtivos de ordem global tem início na década de 1970 com o avanço da produção de grãos e carnes na região Centro-Oeste e tem no Estado o principal agente viabilizador dos interesses do mercado globalizado de commodities. Bernardes (2015, p. 6) nos revela que neste período tem início, por parte dos governos da época, a estratégia de ocupação dos espaços "vazios", estimulando as empresas

agropecuárias por meio de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção agrícola que seria vinculada ao Programa dos Corredores de Exportação. Tais estímulos, juntamente com o baixo preço das terras atraiu a migração de diversas empresas e investidores do sudeste e sul do país para as áreas de cerrado no Centro-Oeste. Nesta fase, o Estado assumia o papel de agente a serviço do desenvolvimento capitalista, promovendo políticas diretas para dar condições de ocupação destes espaços, por meio da implementação de infraestrutura técnica, como abertura de grandes vias, rede elétrica, hídrica e a construção de galpões de armazenamento. Além disso, os incentivos da SUDAM e políticas especiais de crédito, tornaram esses espaços atrativos não somente para empresas nacionais, mas também, para o capital internacional.

As vantagens locacionais promovidas pelo Estado e o baixo preço das terras atraiu diversas agroempresas das regiões Sudeste e Sul do Brasil, que ao chegarem nestas novas áreas promoveram, em parceria com o Estado, rupturas com os modelos de produção anteriores, estabelecendo novas territorialidades, reconfigurando a estrutura fundiária e implantando grandes projetos agropecuários de colonização privados ou públicos. Desta forma, segundo Bernardes (2015, p.7) "o campo se tornou extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas". Arruda (2016) destaca que estas empresas colonizadoras buscaram não somente a posse sobre as terras favoráveis a suas estratégias, bem como assumiram o privilégio de decidir estrategicamente a localização dos empreendimentos de infraestrutura, das estradas vicinais e dos núcleos urbanos.

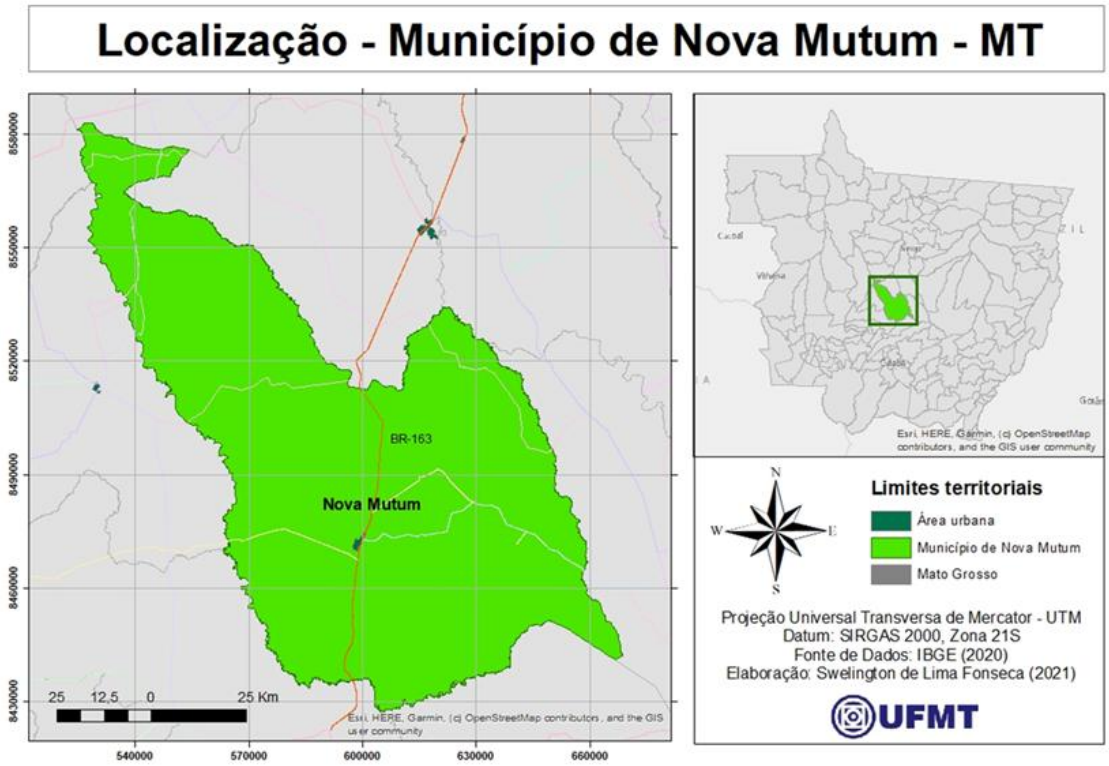
A partir da década de 1990, com a implantação de políticas neoliberais a desnacionalização da economia se intensifica e a forte atuação estatal vai cedendo espaço a uma maior atuação política das grandes empresas agrícolas de capital nacional e internacional. Para Frederico (2013) estas empresas transnacionais passaram a atuar principalmente em áreas estratégicas, tais como o processamento agroindustrial de grãos, insumos agrícolas e carnes e no controle da circulação material (armazenamento, beneficiamento, transporte, venda de sementes e fertilizantes) e imaterial (financiamento, comercialização, exportação e capitais). Sendo o neoliberalismo a doutrina política e econômica dominante desde os anos 1990, as ações do Estado têm sido direcionadas à criação de políticas que viabilizam a concretização dos interesses das corporações agroindustriais nacionais e internacionais, instituições essas que promovem um uso coorporativo do território por meio da injeção de capital e tecnologia, adequando a espacialização produtiva à lógica do circuito produtivo global, condicionando as relações de trabalho, as redes técnicas e os níveis de urbanização, sendo que as multinacionais que agora comandam as ações no campo brasileiro criam novas territorialidades.

Diante da necessidade de um campo moderno e globalizado, que se impõe sobre novas áreas da região Norte Mato-grossense, as cidades passam a exercer um papel fundamental no atendimento aos interesses das grandes corporações agroempresariais globais, concentrando as condições necessárias para a circulação dos fluxos materiais e imateriais do

agronegócio (Arruda, 2007). A importância das cidades para estes projetos de apropriação da nova fronteira agrícola é destaca por Fioravanti (2017, p.5) ao afirmar que as cidades foram "a condição para que o campo cada vez mais tecnificado e financeirizado pudesse se realizar." É diante da importância do urbano para a realização do agrário salientado por Fioravanti que Volochko (2013, p. 20) defende que a expansão da fronteira não é somente agrícola ou do capital, mas é também uma fronteira da "urbanização a partir do agronegócio".

A cidade de Nova Mutum, localizada às margens da BR-163 na região Norte Mato-grossense à 250 km da capital Cuiabá, é idealizada neste contexto de expansão de uma fronteira agrícola que produz projetos privados de urbanização a partir do agronegócio (Figura 1). Em Nova Mutum, conforme aponta Volochko (2015, p.45), esse projeto tem início com a aquisição de 170 mil hectares de terras pertencentes ao município de Diamantino pelo empresário José Aparecido Ribeiro em 1966, estabelecendo uma apropriação monopolista da terra por intermédio de grandes latifúndios sob o controle da Mutum Agropecuária S.A., sendo destinado 100 mil hectares para o desenvolvimento de seu projeto de colonização. Dessa forma, é criado o distrito com a denominação de Nova Mutum (ex-povoado), pela lei estadual nº 4408, de 26/11/1981, subordinado ao município de Diamantino - MT, posteriormente elevado à categoria de município com a denominação de Nova Mutum, pela Lei estadual nº 5321, de 04/07/1988, desmembrado do município de Diamantino - MT.

Figura 1: Localização do Município de Nova Mutum - MT



Fonte: Autores (2021)

Planejada e concebida para atender à uma lógica de reprodução ampliada do capital, a cidade passa a cumprir uma dupla função: a primeira é servir de base produtiva, proporcionando serviços e instrumentalização ao campo (mão de obra para o campo, serviços financeiros e jurídicos, consultorias e assistência técnica especializadas, fornecimento e manutenção de máquinas agrícolas, comercialização de insumos, armazéns e industrias que beneficiam a produção do campo). A segunda é a reprodução ampliada de valor via especulação imobiliária, transformando a própria cidade em mercadoria de luxo a ser consumida por compradores com alto poder aquisitivo.

Desde o princípio, a produção do espaço urbano de Nova Mutum sobre o controle hegemônico dos "pioneiros" tinha como objetivo a valorização do solo urbano e das áreas rurais próximas a cidade. A JAR Empreendimentos Imobiliários criada a partir da colonizadora Mutum Agropecuária S.A. passa a comandar as ações criando os primeiros loteamentos, traçando estratégias de valorização, concedendo lotes urbanos a empresas que comprassem terrenos para o uso agrícola, impondo aos compradores um padrão estético de construção elitizado e delimitando prazos para a construção nos lotes. Atualmente a empresa controla territorialmente a maior parte do mercado de terras urbanas e boa parte das terras rurais do município, sendo que "as terras que não são de propriedade do Grupo Mutum não o são porque já foram vendidas por este a terceiros" (Volochko, 2013, p. 30). A relação entre o capital do agronegócio e a produção da rede urbana é apresentado por Fioravanti da seguinte forma:

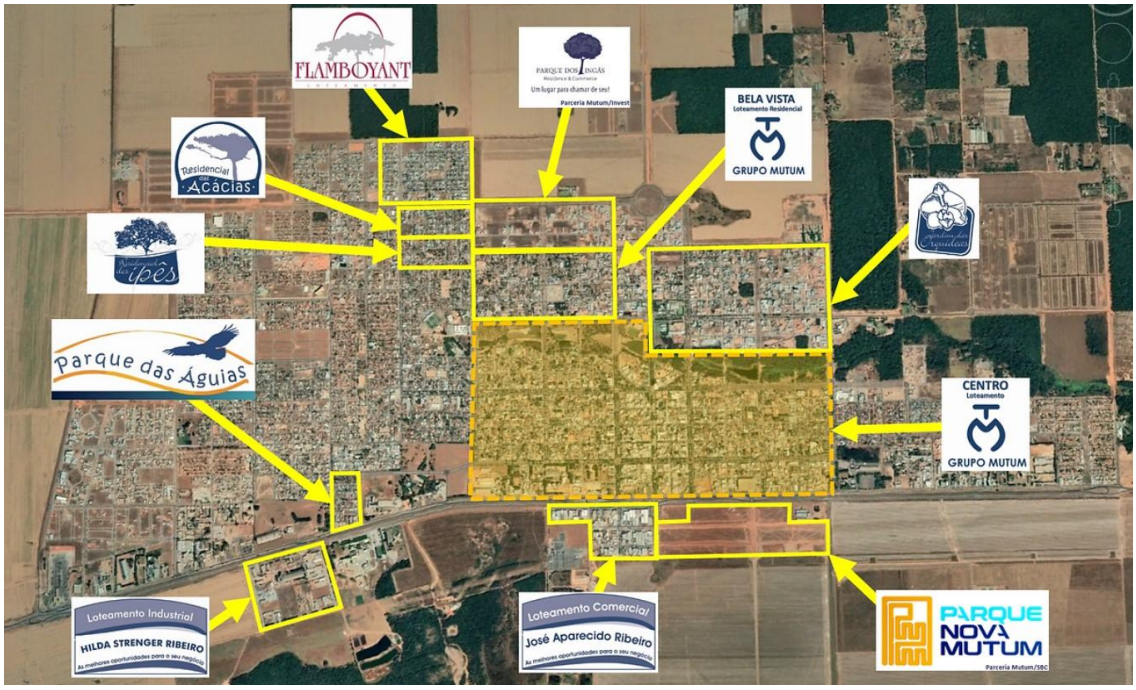
> [...] grande parte do capital investido no mercado imobiliário nas cidades dinamizadas pelo "agronegócio" tem sua origem nas transferências de renda do campo e dos lucros vinculados ao agrário. Neste processo, os "antigos pioneiros" e "novos agentes imobiliários" direcionam o capital gerado na agricultura ou na indústria (ligada principalmente ao beneficiamento das commodities) para investimentos no urbano por meio da compra de loteamentos ou de terrenos, assim como construção de casas ou edifícios para especulação ou venda e posterior obtenção de renda. (FIORAVANTI, 2017, p. 10)

A sintonia entre os interesses dos grupos agroempresariais e as dinâmicas socioespaciais em solo urbano faz com que se estabeleça ao mesmo tempo uma oligopolização do espaço agrário e do espaço urbano no qual os "donos da cidade", os "pioneiros" controlam as terras e investem tanto no campo quanto na cidade. Para consolidar a manutenção de seus interesses, os "pioneiros" também passam a figurar em cargos de liderança política como prefeitos, secretários e vereadores, adquirindo ainda mais poder para comandar as estratégias espaciais de domínio e valorização do espaço urbano, alinhando os interesses privados ao poder do estado para execução de estratégias urbanas. Fioravanti (2019) expõe ainda, que, recorrendo a linguagem política, os "pioneiros" monopolizam não somente as porções de terras no campo e na cidade, como também, o discurso único, hegemônico, de "cidade moderna, próspera e repleta de oportunidades", e este discurso é repetido exaustivamente até mesmo pela população de baixa renda. A execução de seu projeto de desenvolvimento urbano agrada aos eleitores pela estética da cidade, concedendo a esses grupos capital político suficiente para que estes se perpetuem no poder.

As imobiliárias e os donos de terras controlam o poder econômico e político, ditando, por meio de diversas táticas, as regras e os ritmos da expansão da cidade, condicionando a produção espacial aos interesses particulares de poucos. As estratégias de produção da cidade e do urbano engendradas pelas imobiliárias visam ampliar e diversificar as formas de acumulação de capital vinculado às atividades agroexportadoras, se apoderando de forma privilegiada das melhores localizações, visando uma valorização futura de seus empreendimentos fundiários, mas também se beneficiando das redes técnicas rodoviária, aérea, elétrica, hídrica e informacional que lhe permitem a operacionalização de suas atividades agroindustriais com maior eficácia e fluidez.

Atualmente, mesmo com a presença dos novos grupos imobiliários, o Grupo Mutum ainda controla territorialmente a maior parte do mercado de terras urbanas e boa parte das terras rurais do município, sendo que as terras que não são de propriedade do Grupo Mutum não o são porque já foram vendidas por este a terceiros (VOLOCHKO, 2013). Na Figura 2, podemos constatar a distribuição de todos os empreendimentos imobiliários criados pela J.A.R., podemos observar que a empresa controla territorialmente mais da metade da cidade.

Figura 2: Loteamentos da J.A.R. em Nova Mutum - 2022



Fonte: Autores (2021)

É a partir da parceria entre o capital agroindustrial, o governo municipal e as incorporadoras imobiliárias em uma combinação de interesses econômicos e políticos que é produzida em Nova Mutum uma rede urbana seletiva e excludente, baseada na obtenção de privilégios e vantagens que corroboram para a manutenção de oligarquias no poder, convertendo dinheiro público em benefícios à empresários e latifundiários.

REESTRUTURAÇÃO TÉCNICA DO ESPAÇO URBANO PARA O CONSUMO PRODUTIVO DO AGRONEGÓCIO

O formato de colonização implementado em Nova Mutum permitiu (e ainda permite) que os agentes ligados ao agronegócio tenham condições privilegiadas em relação às redes técnicas. A estruturação da rede urbana favorece, primeiramente, o fator logístico para dar fluidez e eficiência à circulação da produção agrícola, dos produtos e dos serviços necessários ao consumo produtivo do agronegócio. O município passa a ofertar diversos cursos de formação e capacitação, gerando mão-de-obra qualificada para lidar com as exigências de um sistema produtivo que trabalha com uma elevada densidade técnica. O setor de comércio também se adequa para ofertar os diversos produtos que vão de insumos agrícolas, sementes, rações até maquinários pesados (tratores e colheitadeiras).

As novas demandas inerentes ao consumo produtivo do agronegócio fazem surgir esta diversificada gama de produtos e serviços especializados que são geograficizados de forma estratégica pela cidade, possibilitando maior eficácia, fluidez e dinamismo na execução destes serviços. Um exemplo deste planejamento estratégico em Nova Mutum é a Avenida Perimetral, localizada paralelamente à oeste da BR – 163, e que oferece uma grande

variedade de serviços que podem ser acessados de forma rápida e direta sem a necessidade de adentrar ao centro da cidade. Nesta avenida é possível encontrar diversas lojas especializadas em manutenção e comercialização de peças e maquinários agrícolas, oficinas de veículos pesados, postos de combustível abertos 24 horas, hotéis, restaurantes, mercados, faixas de estacionamento para caminhões e rodoviária.

Nas áreas centrais da cidade podemos encontrar diversas instituições bancárias como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, SICRED e SICOOB que possibilitam a aquisição de créditos, financiamentos e a movimentação de grandes quantias de capital. É comum ver nas principais avenidas da cidade grandes escritórios de contabilidade que prestam serviços para as empresas do campo, serviços esses que promovem uma integração do sistema produtivo local à lógica financeira do mercado global. Também é nessa parte da cidade que se concentram os escritórios de diversas empresas cujas sedes se situam nas regiões Sul e Sudeste do país e de empresas estrangeiras, estes escritórios funcionam como ponto nodal de conexão de complexas redes, sendo condutores de ações locais sob o comando de agentes externos globais.

A exigência por mão-de-obra qualificada imposta pelo novo padrão técnico produtivo desta agricultura científica cria uma enorme demanda de formação escolar, técnica e acadêmica. O atendimento à essa demanda para atrair empresas e indústrias para a cidade é tratado como um ponto crucial pela administração pública que investe pesado na infraestrutura da educação municipal, com escolas de alto padrão e bem equipadas, como as escolas municipais 4 de julho, Prof.ª Lúcia Faccio Tasca, Caminhos do Saber e a 15 de outubro (inaugurada em 2020). Além de atender à demanda crescente por escolas e creches em virtude da contínua chegada de migrantes e do contínuo crescimento populacional a qualidade das escolas do município sinalizam para o mercado e para as empresas um potencial de reserva de mão de obra qualificada em um futuro próximo.

Além das escolas municipais com estrutura de ponta, é possível encontrar na cidade uma ampla diversidade de cursos de nível superior e técnicos direcionados às demandas do campo local e da agroindústria, estes cursos são oferecidos por instituições públicas, como a UNEMAT com os cursos de: Agronomia, Contabilidade e Administração. Da mesma forma instituições privadas, como a UNINTER, UNICESUMAR, UNIP, UNOPAR, UNIASSELVI e FAMUTUM, ofertam cursos de: Engenharia Ambiental, Engenharia Mecânica, Gestão Comercial, Gestão Financeira, Agronegócios, Comércio Exterior, Inteligência de Mercado e Análise de Dados e Marketing. Também são ofertados cursos técnicos pelo SENAI como: Automação Industrial, Eletrotécnica, Manutenção e Suporte em Informática e Segurança do Trabalho e por outras instituições privadas como a IMAEP Cursos Profissionalizantes e a CPET Cursos Técnicos, com oferta de cursos nas áreas de: Agronegócios, Mecânica, Logística e Meio Ambiente. Os novos profissionais, aqueles mais qualificados, formados por estes cursos se tornam aptos para lidar com alta densidade técnica exigida pela moderna racionalização produtiva e disputam vagas em um mercado de trabalho cada vez mais restrito, ao passo que

aqueles que não se encaixam nessas exigências são excluídos, restando-lhes empregos braçais precarizados ou a informalidade. É o que aponta Arruda (2007) no seguinte trecho:

> Em termos qualitativos, nessas áreas a agricultura globalizada, onde a base do processo produtivo requer a incorporação de novas tecnologias de produção, com base na informática, eletrônica, provoca um rearranjo da força de trabalho requerendo melhor qualificação profissional dos trabalhadores. Simultaneamente, à crescente demanda da força de trabalho qualificada para atuar sob diversas condições técnicas e organizacionais do processo produtivo, ocorre um declínio e/ou exclusão da demanda de força-de-trabalho não qualificada ou semiqualificada. (ARRUDA, 2007, p. 179)

O Parque Tecnológico de Nova Mutum, criado pela lei 2.315/2019 com a denominação alterada para Park Tech Mutum pela lei 2477/2020, corresponde a uma área de 150 ha doados pelo município para a implantação de um parque de pesquisas avançadas focadas, principalmente, em oleaginosas, amido, carnes e derivados, visando atingir um desenvolvimento agroindustrial, educacional, científico e tecnológico ao facilitar a criação, instalação e desenvolvimento de unidades de ensino, bem como de empresas intensivas em conhecimento. A proposta de criação do Parque prevê a construção de instalações de pesquisa e inovações tecnológicas, polo universitário e área para a realização de feiras do agronegócio. Além de arcar com a infraestrutura de asfaltamento e rede elétrica, a prefeitura investiu 12 milhões de reais na edificação de um laboratório de 2.824,63 m² (Figura 3) entregue para ser administrado pela UNIVATES (Universidade do Vale do Taquari), ficando a cargo da universidade a montagem de mobília e equipamentos de laboratório.

Figura 3 – Laboratório UNIANÁLISES – Park Tech Mutum

Fonte: autores (2022)

O laboratório UNIANÁLISES é o primeiro de um conjunto de prédios que serão construídos no Park Tech Mutum e terá a função de realizar análises de produtos como grãos, leite, carne e outros produtos ligados às demandas industriais do município e da região. A realização destas análises na cidade representa uma grande economia para as empresas do campo e indústrias locais, pois a maior parte destas empresas precisam enviar suas amostras para laboratórios localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. O Plano Diretor de 2015 deixa definido as ações a serem tomadas pelo poder público sobre o Parque, como a responsabilidade sobre parte da infraestrutura, a concessão de terrenos e a facilitação de acesso à financiamentos, e prevê, também, alguns resultados como a produção de capital tecnológico, formação e retenção de conhecimento com ênfase em áreas tais como biotecnologia, tecnologia em alimentos, química fina, entre outas e a consolidação de Nova Mutum como um polo tecnológico regional.

É importante destacar que mais uma vez as empresas privadas, sejam elas as instituições de ensino e pesquisa ou as agroindústrias se beneficiam de grandes quantias de verbas públicas, se apropriando de infraestruturas em processos de acumulação por espoliação (Harvey, 2005). As vantagens locacionais, tributárias, infraestruturais e técnicas oferecidas pelo poder público atraem empresas de porte nacional e internacional, movimentando a economia local com geração de empregos, valorização de lotes urbanos e ampliando a circulação de capital no comércio.

A mão de obra altamente especializada ocupa poucos postos de trabalho nas grandes empresas no campo ou na cidade, normalmente em cargos de comando, monitoramento ou prestação de serviços altamente técnicos. Já a maior parte da mão de obra, de baixo nível técnico, é absorvida pelo campo em períodos de safra ou pelo setor industrial em funções desgastantes, repetitivas e de baixa remuneração, como o corte e empacotamento de carnes.

O setor industrial de Nova Mutum é composto, sobretudo, por indústrias de processamento de grãos e carnes, ficando localizadas estrategicamente às margens da BR – 163 nos distritos industriais da cidade. Dos 520 estabelecimentos industriais da cidade destacamos as seguintes indústrias: a Excelência (frigorífico de suínos) que ocupa uma área total de 100 mil ha, com uma área construída de 21.250 m², com capacidade de abate de 1.008.000 animais por ano e gera cerca de 1.000 empregos diretos; a BRF - Brasil Foods (frigorífico de aves) com uma área construída de 12.212 m², com capacidade de abate de 325.000 aves por dia e gera cerca de 2.164 empregos diretos; a BUNGE Alimentos (esmagadora de soja) com uma área edificada de 34.000 m², com uma capacidade de processamento de 1.300.000 toneladas por ano e armazenamento de 100.000 toneladas de grãos, e produção de 150.000 m³ de biodiesel por ano, gerando 150 empregos diretos e a INPASA Agroindustrial (esmagadora de milho) com 150.000 m² de área construída, com capacidade de processamento de 2.700 toneladas de milho por dia, produzindo cerca 1.250.000 litros por dia, gerando 280 empregos diretos.

Figura 04 - Localização das grandes agroindústrias em Nova Mutum

Fonte: Autores (2021)

A chegada destas indústrias após a segunda metade dos anos 2000 intensificaram as trocas entre o campo e a cidade, gerando um novo impulso de modernização e estabelecendo novos circuitos de produção e circuitos de cooperação entre os setores produtivos da agricultura, indústria e comércio. As ações que promovem a modernização dos espaços decorrem das novas territorialidades exercidas por estes novos agentes e de novas relações que se impõem sobre os espaços, resultando na estruturação de uma complexa cadeia produtiva de grãos e carnes. Bernardes (2015) destaca estas novas dinâmicas ao apresentar as transformações que ocorrem em cidades que, assim como Nova Mutum, incorporam este formato de cadeia produtiva.

> As tenções que surgiram envolvendo produtores agrícolas/empresas agrícolas e os comercializadores da produção, favorecem o desenvolvimento de um novo movimento de caráter econômico e político, especialmente a partir de 2005, quando foram criadas as condições necessárias à difusão de uma nova onda modernizadora na região. Assim, o novo momento econômico e uma nova organização social, passam a ser modelados, representados pela implantação de cadeias agroindustriais, em sistemas muito organizados, como os de integrados de suínos e aves, aproveitando a grande produção de grãos da região, que passaria a ser industrializada, incluindo a Integração Lavoura Pecuária (ILP). Estas cidades incorporam as mais recentes tecnologias, com vistas a atender segmentos de consumo mais exigentes. (BERNARDES, 2015, p. 13)

Esta nova etapa de modernização espacial exige que nossa análise supere a antiga distinção entre o setor primário e o setor secundário, e também a antiga distinção entre campo e cidade, pois agora estes setores e estas áreas são mais interconectados e interdependentes, suas relações se dão em forma de redes. O campo se moderniza e, conforme nos diz Elias e

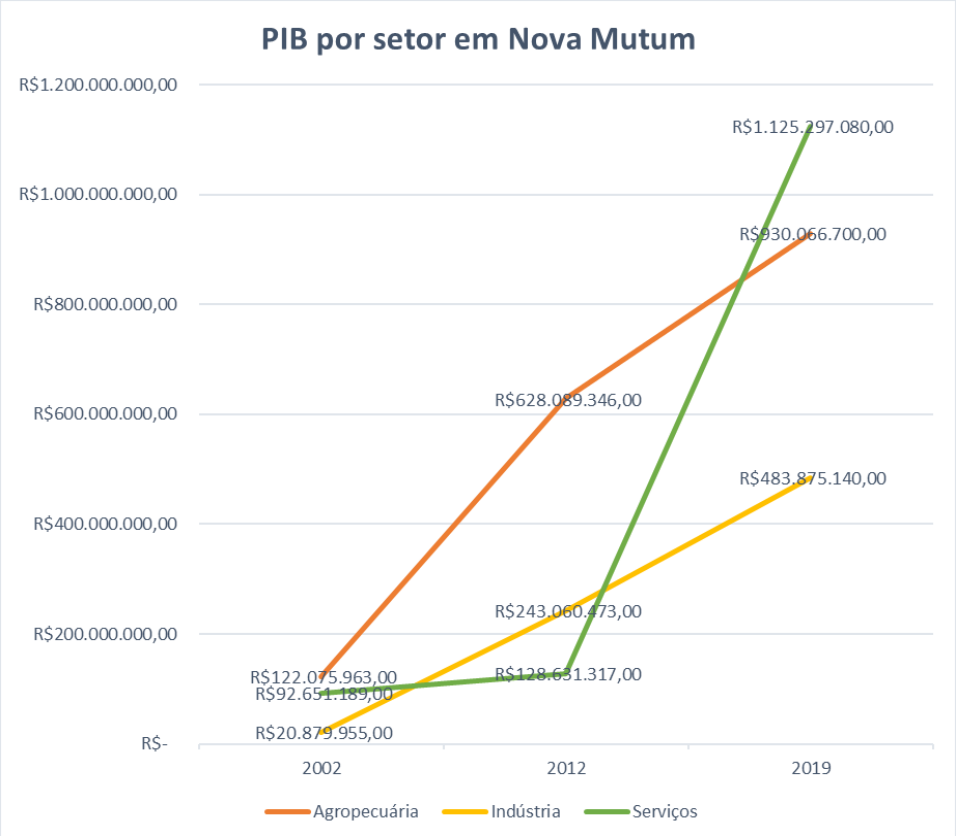
Pequeno (2007, p. 293), "quanto mais se difunde a agricultura científica globalizada, mais urbana se torna sua regulação", sua operacionalização se torna cada vez mais mecanizada, financeirizada e informatizada, a própria organização do trabalho é reconfigurada para se adaptar aos moldes da organização fabril. Já a indústria se volta para o beneficiamento e valorização dos produtos desta nova agricultura o que faz com que ambos façam parte de um mesmo processo produtivo, ou melhor de uma mesma cadeia produtiva. Trata-se da formação do que Santos e Silveira (2011, p. 143) conceituaram como "Circuitos Espaciais de Produção" e é por meio deles que ocorre "a circulação de bens e produtos, e por isso oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território".

A intensificação dos fluxos decorrentes das trocas comerciais entre os grupos que atuam nas RPAs aquece a economia local, gerando novos postos de trabalho, atraindo migrantes e ampliando a circulação de capital. A agropecuária da região se beneficia com a chegada das indústrias, já que estas diversificam e agregam valor à produção local de grãos e a cria e engorda de bovinos, suínos e aves. Por outro lado, as indústrias também se beneficiam da proximidade da matéria prima, dos incentivos fiscais oferecidos pelo poder público, do conhecimento e treinamento técnico, da mão-de-obra especializada, da infraestrutura de redes de transporte, elétricas, hídricas e de comunicação pré-existentes que atendiam ao campo moderno já consolidado. Em Nova Mutum, parte da produção de grãos é transformada em ração pelas indústrias de processamento e essa ração é comercializada na pecuária local, nas fazendas de gado ou nas granjas de suínos e aves que atendem aos frigoríficos da cidade.

O setor de comércios e serviços também se conecta de forma mais direta com as atividades produtivas do campo e das indústrias e passam a oferecer produtos e serviços específicos direcionados ao consumo produtivo do agronegócio e da indústria. Dessa forma, amplia-se na cidade a quantidade de lojas de peças e maquinários pesados, rações, insumos e agrotóxicos, mas também escritórios especializados para atender de forma direta ao processo produtivo.

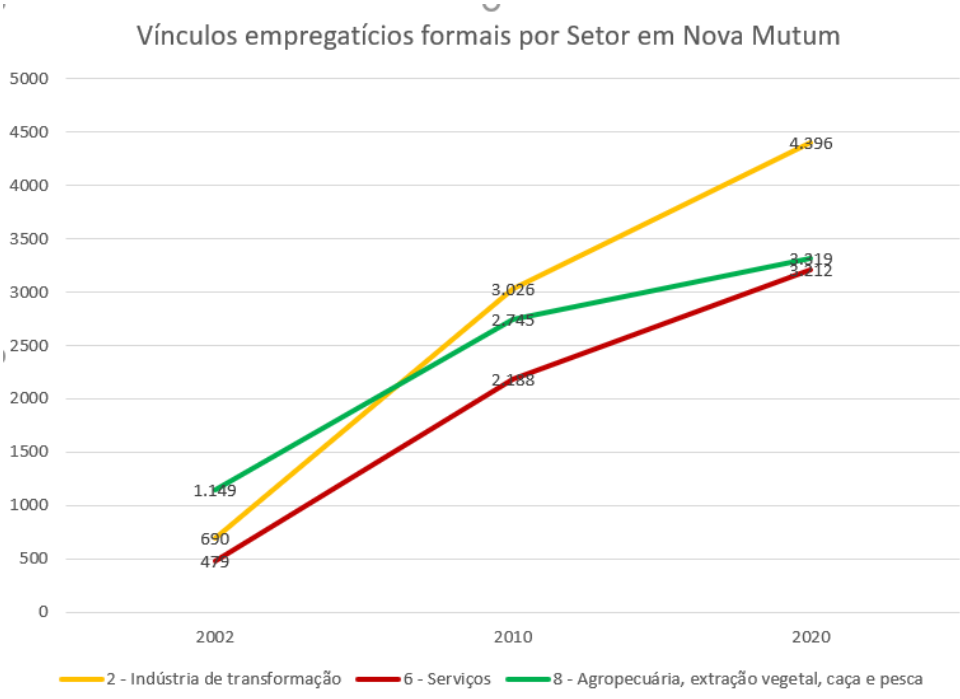
Se por um lado o consumo produtivo do agronegócio e do setor industrial movimenta de forma direta o setor de serviços e comércios fazendo com que todos os setores cresçam em função da circulação de grandes quantias de capital, por outro lado o setor de setor de serviços também se beneficia de forma indireta, visto que os trabalhadores que migram em busca de trabalho nas indústrias ou no campo aumentam o consumo de produtos em mercados, lojas de roupas, de eletrodomésticos e em estabelecimentos de lazer e alimentação. Sendo assim, o setor terciário cresce de forma ainda mais intensa, se tornando o setor que apresenta maior crescimento no PIB do município. Podemos verificar esse crescimento ao compararmos os dados do IBGE de PIB por setor em Nova Mutum (Figura 5) e os dados da RAIS referentes ao número de vínculos empregatícios por setor em Nova Mutum (Figura 6) nos últimos 20 anos:

Figura 5 - Evolução do PIB por setor em Nova Mutum



Fonte: IBGE, 2019. Elaboração: Autores (2022)

Figura 6 - Evolução dos vínculos empregatícios formais por setor em Nova Mutum



Fonte: IBGE, 2019. Elaboração: Autores (2022)

Chama a atenção a curva de crescimento de 1.115% do setor terciário entre os anos de 2002 a 2019, mas não menos impressionante é o crescimento do setor secundário de 2.217% e do setor primário 662% no mesmo período. Este intenso crescimento se justifica pela integração dos espaços do campo e da cidade de Nova Mutum ao que Santos (1979) chamou de circuito superior da economia, pois a maior parte deste crescimento decorre das relações estabelecidas pelo mercado internacional de commodities, cujos preços são regulados pelo Dólar e que se encontra em um momento favorável tanto pelas políticas cambiais, com a desvalorização da moeda brasileira no governo Bolsonaro, quanto pelo aumento da demanda por commodities no mercado asiático, sobretudo do mercado chinês.

A estruturação da produção em forma de rede amplia as conexões entre os três setores, entre as cidades que fazem parte da RPA e entre a produção local e o mercado global, formando uma complexa cadeia produtiva de grãos e carnes. Esta cadeia produtiva movimenta tanto o consumo produtivo de forma direta quanto o consumo consumptivo de forma indireta, já que este tipo de consumo aumenta com a intensificação dos fluxos migratórios atraídos pela oferta de postos de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa pudemos constatar a forma como o espaço em Nova Mutum é apropriado de forma hegemônica por corporações agroindustriais que em parceria com o poder público reestruturam tanto o campo quanto a cidade para que ambos garantam a reprodução ampliada de capital. Este controle nas mãos de alguns "donos da cidade" promove a construção de um projeto de urbanização que, por um lado é condutor da modernização do campo e de projetos agroindustriais globalizados, e por outro, produz uma especulação imobiliária altamente segregadora e indiferente com aqueles que não podem pagar por ela.

Na fronteira agrícola (re)dimensionada do séc. XXI, os agentes do agronegócio não apenas reproduzem a já consolidada lógica capitalista de exploração predatória do meio natural e da mão-de-obra, mas também diversificam e renovam suas estratégias de extração de mais-valor por meio da acumulação por espoliação, da modernização territorial e do rentismo. Trata-se de uma reestruturação espacial e produtiva que, por um lado, promove a intensificação da exploração nos mais diversos níveis, ampliando a concentração de poder, riquezas e privilégios para as elites agrárias do Brasil, e por outro esconde a superexploração do trabalho, os conflitos pela terra e os impactos ambientais graças às elaborações discursivas e midiáticas, que difundem a imagem do que Arruda (2007, p. 233-234) chama de "latifúndio glamourizado", "travestido de modernidade, sob o rótulo de agronegócio".

O formato de colonização implementado em Nova Mutum permite que os agentes ligados ao agronegócio tenham condições privilegiadas em relação às redes técnicas. A estruturação da rede urbana favorece, primeiramente, o fator logístico para dar fluidez e eficiência à circulação da produção agrícola, dos produtos e dos serviços necessários ao consumo produtivo do agronegócio. O município passa a ofertar diversos cursos de formação e capacitação, gerando

mão-de-obra qualificada para lidar com as exigências de um sistema produtivo que trabalha com uma elevada densidade técnica. O setor de comércio também se adequa para ofertar os diversos produtos que vão de insumos agrícolas, sementes, rações até maquinários pesados (tratores e colheitadeiras).

A chegada das agroindústrias na segunda metade da década de 2000 intensificou esse processo de especialização do setor de serviços, e aumentou a demanda da produção agrícola, dando um novo impulso no mercado de trabalho e nos investimentos em pesquisa e tecnologia, bem como intensificando as trocas comerciais e o crescimento econômico nos três setores.

A estruturação da produção em forma de rede amplia as conexões entre os três setores, entre as cidades que fazem parte da RPA e entre a produção local e o mercado global, formando uma complexa cadeia produtiva de grãos e carnes. Esta cadeia produtiva movimenta tanto o consumo produtivo de forma direta quanto o consumo consumptivo de forma indireta, já que este tipo de consumo aumenta com a intensificação dos fluxos migratórios atraídos pela oferta de postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Z. A. de. **Onde está o agro desse negócio?** Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 253 p. Tese (Doutorado em Ciências, na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 507, p. 1-28, 2015. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15112/18315. Acesso em 20 set. 2021.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400/376. Acesso em 2 out. 2019. DOI https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 09, n. 1, p. 25-39, mai. 2007. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168/152. Acesso em 2 out. 2019. DOI https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25.

FIORAVANTI, L. M. **Do agronegócio à cidade como negócio**: A Urbanização de uma cidade mato-grossenses sob a perspectiva da produção do espaço. 2018, 326 p. Tese (Doutorado

em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 5 - 23, jan./jul. 2011. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933/1813. Acesso em jun. 2021.

FREDERICO, Samuel. A Modernização da Agricultura e o Uso do Território: A dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas do cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo. Nº 34, 2013. p. 46 a 61. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74934/78506. Acesso em jun. 2021. DOI https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74934.

Harvey, David. A acumulação via espoliação. In:_ _. **O novo imperialismo**. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Ronaldo Benedito. A questão urbana em Sinop - MT: O mercado imobiliário. In ROMANCINI, Sônia Regina (Org). **Novas Territorialidades nas Cidades Mato-grossenses.** 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 255-274.

VOLOCHKO, Danilo. "Da extensão do campo à centralização do urbano": elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso". **Revista Mato-grossense de Geografia**, Cuiabá, nº16, p. 18-38, 2013. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/768. Acesso em set. 2019.

VOLOCHKO, Danilo. "Terra, poder e capital em Nova Mutum - MT: Elementos para o debate da produção do espaço nas 'cidades do agronegócio'". **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, V. 17, n.35, p. 40-67, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13728. Acesso em set. 2019.

NOTAS

[1] Agradecemos ao apoio financeiro recebido da CAPES (código de financiamento 001).